



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF FELIPE LIMA DE OLIVEIRA

O papel da cooperação civil-militar (CIMIC) na crise dos refugiados venezuelanos:

A Cooperação Civil-Militar (CIMIC) nas estruturas da Operação Acolhida para o ordenamento do fluxo migratório venezuelano no município de Pacaraima-RR no ano de 2018

**Rio de Janeiro
2019**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF FELIPE LIMA DE OLIVEIRA

O papel da cooperação civil-militar (CIMIC) na crise dos refugiados venezuelanos:

A Cooperação Civil-Militar (CIMIC) nas estruturas da Operação Acolhida para o ordenamento do fluxo migratório venezuelano no município de Pacaraima-RR no ano de 2018

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Operações em Ambiente Interagências

Rio de Janeiro
2019



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMIL
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: **Cap Inf FELIPE LIMA DE OLIVEIRA**

Título: **O papel da cooperação civil-militar (CIMIC) na crise dos refugiados venezuelanos: A Cooperação Civil-Militar (CIMIC) nas estruturas da Operação Acolhida para o ordenamento do fluxo migratório venezuelano no município de Pacaraima-RR no ano de 2018**

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Operações em Ambiente Interagências, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ CONCEITO:

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
JOBEL SANSEVERINO JUNIOR – Maj Cmt Curso e Presidente	
EDVALDO NUNES NASCIMENTO JUNIOR - Maj 1º Membro	
GEDILSON SILVA DA SILVA - Maj 2º Membro e Orientador	

FELIPE LIMA DE OLIVEIRA – Cap
Aluno

**O PAPEL DA COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR(CIMIC) NA CRISE DOS REFUGIADOS
VENEZUELANOS:
A COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR (CIMIC) NAS ESTRUTURAS DA OPERAÇÃO
ACOLHIDA PARA O ORDENAMENTO DO FLUXO MIGRATÓRIO VENEZUELANO NO
MUNICÍPIO DE PACARAIMA-RR NO ANO DE 2018**

Felipe Lima de Oliveira *
Gedilson Silva da Silva**

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade apresentar como a Força Tarefa Humanitária Operação Acolhida desenvolvendo atividades de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) realizou o ordenamento da fronteira entre Brasil e Venezuela no ano de 2018, particularmente as ações desenvolvidas no município de Pacaraima-RR. Esse trabalho aborda aspectos sobre como as estruturas desdobradas na faixa limdeira norte colaboraram para a canalização de esforços de civis e militares no acolhimento e início do processo de interiorização de imigrantes venezuelano. Um dos objetivos analisados foi sobre como as atividades e interações entre o Componente Civil e o Componente Militar dentro da Força Tarefa Humanitária contribuíram para o aprimoramento doutrinário CIMIC. Para tanto foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica abordando publicações nacionais e internacionais para subsidiar doutrinariamente o tema, tal abordagem permitiu ainda entender o alinhamento nacional com a doutrina CIMIC na ONU e OTAN. Foi realizada uma pesquisa, com a distribuição de um questionário para o universo de oficiais e sargentos das três Forças Armadas que trabalharam na Operação Acolhida em Pacaraima no ano de 2018, além de duas entrevistas com profissionais civis que desempenharam funções relevantes ao longo daquele ano, e cuja a área de atuação foi diretamente atingida pela crescente crise venezuelana. A conclusão alcançou resultados que poderá ser aproveitado por militares da Célula de Assuntos Civis ou mesmo por estudiosos da doutrina CIMIC que permitirá em operações futuras mitigar eventuais problemas, aprimorar trabalhos conjuntos e cooperativo entre civis e militares, bem como orientar a capacitação dos recursos humanos para atuar em um ambiente interagência complexo onde a flexibilidade e a sinergia dos esforços entre militares e civis devem ser buscadas de forma contínua.

Palavras-chave: CIMIC. Operação Acolhida. Fronteira. Imigração. Força Tarefa Humanitária. Pacaraima.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present how the Task Force Acolhida Operation, developing Civil-Military Cooperation (CIMIC) activities, organized the migratory flow at the border between Brazil and Venezuela in 2018, particularly the actions developed in Pacaraima-RR. This dissertation discusses aspects of how the structures deployed in the northern belt have contributed to the channeling of civilian and military efforts to welcome and start the process of internalization of immigrants. One of the objectives analyzed was how the activities and interactions between the Civilian Component and the Military Component within the Humanitarian Task Force contributed to the CIMIC doctrinal improvement. To this end, a broad bibliographic research was carried out, approaching national and international publications to support the subject doctrinally. Such approach also allowed us to understand the national alignment with the CIMIC doctrine at the UN and NATO. A research was conducted with the distribution of a questionnaire to the universe of officers and sergeants of the three Armed Forces who worked in Acolhida Operation in Pacaraima in 2018, as well as two interviews with civilian professionals who performed relevant functions throughout that year, and whose area of operation was directly hit by the growing Venezuelan crisis. The conclusion reached results that could be used by militaries at Civilian Affairs Cell or even CIMIC scholars who will perform duties in future operations to mitigate potential problems, improve joint and cooperative civil-military work, as well as guide human resources capacity building, operate in a complex interagency environment where the flexibility and synergy of military-civilian efforts must be pursued continuously.

Keywords: CIMIC. Acolhida Operation. Border. Immigration. Humanitarian Task Force. Pacaraima.

* Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2009. Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) em 2019.

** Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2005. Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) em 2015.

1 INTRODUÇÃO

Conflitos no final do século passado e nas últimas duas décadas têm provocado um crescente número de deslocados e refugiados em todo o mundo, nesse contexto o Brasil manteve sua posição vanguardista na América do Sul, não apenas por ratificar seu papel histórico recebendo e acolhendo pessoas de diferentes etnias, nacionalidades e religiões, mas adaptando e aprimorando suas leis, para lidar com as novas situações e demandas.

Em 1997, foi aprovada e editada no Brasil a lei nº 9474, que foi considerada pela Organização das Nações Unidas - ONU, naquela ocasião, como uma das leis mais abrangentes e modernas do mundo para a proteção de refugiados (BARRETO, 2010, p. 152); e por fim o governo brasileiro aprovou a lei nº 13.445 em 24 de maio de 2017, a Lei do Imigrante, em vigor, substituindo a lei anterior. A Lei do Imigrante criou necessidades de aquisições de aptidões e atribuiu novas responsabilidades e obrigações ao Estado Brasileiro para o recebimento de imigrantes, em casos extremos de emergências complexas, como ajuda em crises humanitárias e catástrofes naturais com nações amigas.

Na hipótese de um cenário emergencial complexo de uma crise humanitária, no que tange a questão migratória, os meios e agências regularmente estabelecidas no Brasil ou agências internacionais são insuficientes ou incapazes para responder a crise de forma não integrada para alcançar resultados eficientes. As Forças Armadas até pela capacidade de pronta resposta estratégica, e pelas ações bem-sucedidas em grandes catástrofes nacionais; configuram-se como uma ferramenta vital no esforço de resposta do governo e de organizações não governamentais. Nesse contexto, o Exército Brasileiro, através do Comando de Operações Logísticas (COLOG), entre 6 a 13 de novembro de 2017 na cidade de Tabatinga-AM, realizou o Exercício de Logística Multinacional Interagências AMAZONLOG. Um dos objetivos dessa operação conjunta interagências era a partir de uma Base Logística Multinacional e Interagências executar atividades logísticas de ajuda humanitária em um ambiente emergencial complexo proveniente de uma crise humanitária, cenário emergencial complexo cuja compreensão pela ONU é apresentado no Civil Military Guidelines and Reference for Complex Emergency.

“a humanitarian crisis in a country, region, or society where there is a total or considerable breakdown of authority resulting from internal or external conflict and which requires an international response that goes beyond the mandate or capacity of any single agency and/or the ongoing UN country programme.” (UNITED NATION, 2008, p. 39)

Um exercício dessa magnitude realizado na Amazônia Brasileira não apenas ratificou o alinhamento perene do Exército Brasileiro com os interesses nacionais, mas

externou o comprometimento institucional na busca continuada do aprimoramento das suas capacidades de interoperatividade e pronta resposta estratégica, particularmente no que tange a alcançar uma solução adequada à possibilidade de uma crise humanitária. (CATÁLOGO DE CAPACIDADES DO EXÉRCITO, 2015, p. 08, p. 15).

No ano de 2016 uma crise político-econômica eclodiu na Venezuela, e o seu agravamento levou a uma crise humanitária, fazendo com que 3,4 milhões de venezuelanos deixassem seu país, segundo dados divulgados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR. Essa situação levou a um aumento do fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil de forma acelerada e desordenada. Esse novo quadro, somado ao advento da nova Lei do Imigrante e ao fato do Brasil possuir uma fronteira seca com a Venezuela, através da BR-174; gerou milhares de pedidos de refúgios, a sobrecarga dos serviços de saúde e educação, e elevou os índices de criminalidade no estado de Roraima.

Dados divulgados no relatório “Refúgio em Números” (Figura 01) do Conselho Nacional para os Refugiados – CONARE, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, nos permitem compreender a problemática da questão migratória venezuelana, afetando diretamente o Estado de Roraima, especificamente a capital Boa Vista e a cidade fronteiriça de Pacaraima. No ano de 2018, 85438 venezuelanos solicitaram o reconhecimento da condição de refugiado no Brasil, sendo Roraima o estado brasileiro com mais pedidos de refúgio, superando em mais de cinco vezes a soma de todos os demais pedidos de refúgios, independente da nacionalidade, dos demais estados da federação somados; 61681 pedidos computados, 81% dos venezuelanos solicitantes. O Estado de Roraima que possuía uma população de 496.936 pessoas, de acordo com o último censo, apenas no ano de 2018 recebeu em números absolutos uma quantidade de imigrantes equivalente a mais de 12% da sua população.



Figura 1- Pedidos de Refúgio 2011 - 2018
Fonte: Ministério da Justiça

Em 15 de fevereiro de 2018, o então presidente da república Michel Temer, diante da situação cada vez mais caótica enfrentada pelo Estado de Roraima, assinou a Medida Provisória nº 820, que dispôs sobre as medidas de assistência e emergência para o acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório provocado pela crise humanitária na Venezuela, criando o Comitê Federal de Assistência Emergencial que deu origem a Força Tarefa Logística Humanitária Operação Acolhida. A Força Tarefa Humanitária tem por missão adotar soluções combinadas com organizações não governamentais, órgãos dos governos federais, estaduais e municipais, as Forças Armadas e Organismos Internacionais - OI para amenizar a situação de vulnerabilidade dos imigrantes venezuelanos, e dessa forma evitar uma evolução de uma crise humanitária no Brasil. Nessa conjuntura, as Forças Armadas, e particularmente o Exército Brasileiro, empregam sua capacidade de interoperabilidade e pronta resposta estratégica para o desenvolvimento de atividades em um ambiente interagências, com características inéditas, com o propósito de lidar com uma crise humanitária sem precedentes nas fronteiras do país.

A crise humanitária na fronteira norte do Brasil, gerou uma situação emergencial complexa mobilizando o governo brasileiro a desencadear uma operação de ajuda humanitária, a Operação Acolhida. Essa Força Tarefa humanitária conta com um grande efetivo de militares das Forças Armadas e agências dos governos municipal, estadual e federal, entretanto a caótica e difusa crise fronteiriça gerou a necessidade de agregar e buscar cooperação com outros atores civis como ONG e agências internacionais como o ACNUR, a Fraternidade sem Fronteiras, a Organização Internacional de Migração - OIM, o Rotary Clube Internacional entre outros. Nessa circunstância a operação transcendeu a mera delimitação de uma operação interagências para alcançar a cooperação e interação entre todos os atores civis e militares, pois a ajuda humanitária não poderia ser apropriadamente executada por qualquer um dos atores mencionados de forma isolada e não cooperativa, concebendo assim uma atividade com caráter de Cooperação Civil-Militar – CIMIC (Civil-Military Operation), conforme o conceito compreendido no manual EB70-MC-10.221, Cooperação Civil-Militar e corroborado no CIMIC Field Handbook, manual da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, expondo a necessidade da Cooperação Civil-Militar para encontrar soluções para eventos de grandes proporções ,desastres ou catástrofes humanitárias que não podem ser alcançadas apenas por meios militares.

“caracteriza-se por atividades que buscam estabelecer, manter, influenciar ou explorar as relações entre as forças militares, as agências, as autoridades e a população em uma área operacional.” (BRASIL, 2017, p. 1 -3)

“The 21st century global situation involves a myriad of political, economic, ethnic, religious, ideological and other drivers, which require sustainable solutions in societies ravaged by conflicts, disasters or humanitarian catastrophes. Solutions to these large-scale events are impossible to achieve by military means alone.” (OTAN, 2016, p. 1-1)

1.1 PROBLEMA

A singularidade e dimensão da crise humanitária venezuelana comprometeu diretamente a frágil rede de serviços públicos, especialmente a saúde pública na cidade de Pacaraima-RR, que faz divisa com a cidade venezuelana de Sta Elena de Uaiaren. Pacaraima é uma cidade localizada a 215 km de Boa Vista capital do estado, com uma população de 12375 habitantes, possuindo uma área de 8028 km². A cidade é limitada a sudoeste pela Terra Indígena São Marcos e a sudeste pela Terra Indígena Raposa Serra do Sol, características que limitam a capacidade de absorção da população de imigrantes venezuelanos pela cidade (Figura 2).



Figura 2 - Município de Pacaraima

Fonte: Google Earth

Brasil e Venezuela possuem mais de 954 km de fronteira seca, a maior parte dessa extensão compreende regiões de selva ou de relevo montanhoso de difícil acesso (Monte Roraima), tornando Pacaraima, por intermédio da Rdv BR-174, a porta de entrada de venezuelanos no Brasil. O desornamento do fluxo migratório causou uma situação emergencial complexa em Pacaraima que gerou problemas como surtos de doenças infectos contagiosas, como AIDS e sarampo; aumento da prostituição; invasão de terrenos e edifícios abandonados; aumento da população de moradores de rua; exploração da mão de obra venezuelana em situação análoga a escravidão; envolvimento crescente de venezuelanos com ilícitos transfronteiriços, entre tantas outras adversidades elencadas no Plano Operacional Operação Acolhida 2018 (BRASIL, 2018).

Tendo por base as ações CIMIC desenvolvidas no nível tático no âmbito da Operação Acolhida no município de Pacaraima foi formulado o seguinte problema:

Quais atividades, com caráter de Cooperação Civil-Militar, foram desenvolvidas pela Operação Acolhida no município de Pacaraima no ano de 2018, com intuito de organizar o fluxo migratório, para atenuar a corrente e caótica condição na cidade?

1.2 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- Analisar os fatores estruturais e as atividades CIMIC desenvolvidas pela Operação Acolhida que contribuíram para o ordenamento do fluxo migratório em Pacaraima-RR no ano de 2018.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Identificar as estruturas físicas da Op Acolhida no município de Pacaraima-RR que contribuíram para o ordenamento do fluxo migratório.

- Identificar as agências, ONG e OI, no contexto das ações CIMIC, que contribuíram para o ordenamento do fluxo migratório em Pacaraima-RR no ano de 2018.

- Identificar as atividades e tarefas desenvolvidas por todos os atores, enquadrados nas ações CIMIC, que contribuíram para o ordenamento do fluxo migratório na faixa de fronteira em 2018.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

O Manual de Campanha EB70-MC-10.221 Cooperação Civil-Militar publicado em 2017 formalizou a doutrina CIMIC no âmbito do Exército Brasileiro. Embora esse manual tenha sido lançado recentemente, atividades de naturezas CIMIC foram executadas e planejadas por militares brasileiros por mais de uma década, especificamente na MINUSTAH, através da célula do G9; e em 2017, nas atividades da AMAZONLOG, Força Tarefa Humanitária que antecedeu a Operação Acolhida.

O desenvolvimento da doutrina CIMIC na Força Terrestre atende a necessidade de um oportuno e correto exame de situação do complexo e corrente dimensionamento do ambiente operacional onde a Dimensão Humana ganha cada vez mais destaque. Atualmente os comandantes em todos os escalões devem estar preparados para interagir com meio civil, uma vez que inevitavelmente as operações militares no cenário contemporâneo sofrerão interferência desse meio, conforme citado no EB70-MC-10.221 Manual Campanha CIMIC.

“Todos os escalões devem estar em condições de interagir com o público civil. Cabe ao comandante militar determinar os objetivos a serem atingidos, o grau de interação e a profundidade do envolvimento entre civis e militares.” (BRASIL, 2017, p. 1-2).

A natureza hermética dos problemas enfrentados pela Operação Acolhida para atingir seu objetivo de realizar o ordenamento do fluxo migratório em Roraima, impedindo uma expansão da crise humanitária venezuelana para dentro do território nacional, fez com que essa operação fosse concebida em sua gênese como uma operação com características CIMIC. A Operação Acolhida é a primeira missão de emprego real onde os conceitos doutrinários CIMIC estão sendo desenvolvidos, após a formalização do manual de campanha. Os desafios diários dos comandantes em todos os níveis e da Célula de Assuntos Civis – D9, do Estado Maior da Operação Acolhida; a expertise adquirida ao longo dos meses; os acúmulos de experiências em atividades CIMIC vão contribuir sobremaneira para o aprimoramento doutrinário da Cooperação Civil-Militar para as Forças Armadas, especialmente para o Exército Brasileiro.

Baseado na Cooperação Civil-Militar desenvolvida na Operação Acolhida a relevância desse artigo científico, no âmbito do Exército Brasileiro, é apresentada dispendo sobre as concepções elencadas abaixo:

- A análise dos problemas propostos levantados neste artigo científico vai de encontro ao processo de transformação do Exército Brasileiro, conforme previsto no Catálogo de Capacidades do Exército Brasileiro, pois vai demonstrar a evolução e aperfeiçoamento de atividades ligadas a Capacidade de Interoperabilidade, diretamente relacionada com as ações CIMIC, pois o aprimoramento constante de suas capacidades é um objetivo permanente da Força Terrestre.
- As tarefas e estruturas que serão levantadas neste trabalho correspondem a uma resposta imediata para uma crise humanitária de refugiados sem precedentes na América do Sul, a relevância do estudo e análise desses fatores no âmbito da Força Terrestre poderá contribuir para a evolução doutrinária e para atualização e geração de técnicas, táticas e procedimentos em CIMIC.
- O estudo das atividades e estruturas desenvolvidas pela Operação Acolhida poderá ser aproveitado como um meio para melhor capacitar recursos humanos do Exército Brasileiro para atuarem em um ambiente CIMIC em operações com características de ajuda humanitária dentro e fora do Brasil.

2 METODOLOGIA

O artigo científico foi desenvolvido realizando uma pesquisa empregando uma metodologia de abordagem qualitativa (revisão bibliográfica, análise documental e

formulação de entrevistas) e quantitativa (distribuição de questionário) correspondendo a uma porcentagem amostral específica. No que tange ao objetivo geral a pesquisa está enquadrada no campo exploratório.

A pesquisa se desenvolveu através da revisão bibliográfica de manuais, artigos e livros que tenham ligação com o objeto do trabalho científico. Finalmente, a investigação deste trabalho científico usou o procedimento da análise documental, examinando planos e ordens operacionais, sites, revistas e outras publicações que tenham relevância para o assunto aqui abordado.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

A pesquisa teve um alinhamento inicial baseada nos manuais e publicações doutrinárias do Exército Brasileiro e do Ministério da Defesa, com a finalidade primária de delimitar conceitos e definições a respeito do emprego da Cooperação Civil-Militar, e também, sobre o Manual de Campanha Operações Interagências que no âmbito das Forças Armadas foi a primeira publicação doutrinária a tratar, mesmo que de forma limitada, sobre a cooperação e interação entre o componente civil e militar. O conjunto de publicações de interesse para esse artigo foi publicado entre os anos de 2008 e 2017.

O manual MD33-M-12, Operações Interagências, de 2012, foi a primeira publicação a tratar das Operações Interagências e apresenta conceitos e fundamentos doutrinários no âmbito do Ministério da Defesa, para orientar as Forças Armadas no planejamento, preparo e emprego em Operações Conjuntas. Os conceitos apresentados neste manual, juntamente com o manual EB70-MC-10.221, Cooperação Civil-Militar, fornecem o embasamento teórico deste artigo científico. Sua relevância precursora pode ser assim entendida nas Forças Armadas:

“Incutir a unidade de esforços é, sem dúvida, o empreendimento cooperativo mais relevante da atualidade, no que concerne ao gerenciamento de crises. Essa condição envolve, além das Forças Armadas, grande número de órgãos e entidades da administração pública. Em algumas situações, organizações não governamentais, empresas privadas e organismos internacionais poderão ser incluídos nesse empreendimento.” (BRASIL, 2012, p. 13)

Conforme já mencionado, o manual EB70-MC-10.221, Cooperação Civil-Militar, de 2017, fornece a base teórica e doutrinária mais específica ao assunto desenvolvido neste artigo científico, pois tem por finalidade:

“Apresentar a doutrina do Exército Brasileiro (EB) para o emprego das ações de cooperação civil-militar (CIMIC – sigla em inglês de *civil-military cooperation*) nas operações militares.” (BRASIL, 2017, p. 1-1)

O manual MD33-M-08, Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes, forneceu fundamentação teórica preliminar para as atividades de processamento de refugiados desenvolvidas na AMAZONLOG. Sua concepção aborda uma perspectiva de beligerância entre países, diferente da conjuntura desenvolvida neste trabalho científico, porém os conceitos e instalações apresentados permitirão uma maior compreensão das estruturas, atividades e tarefas executadas na esfera de atuação da Operação Acolhida em Pacaraima-RR.

Ampliando a compreensão do emprego CIMIC e corroborando com o arcabouço teórico deste artigo foram utilizados conceitos do CIMIC FIELD HANDBOOK 4th Edition, publicação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) com melhores práticas, definições doutrinárias e orientações para o emprego CIMIC nas operações. Quanto a publicações estrangeiras, cabe destacar também que foram utilizados definições e conhecimentos contidos no Civil Military Guidelines and Reference for Complex Emergency, manual CIMIC adotado pela ONU, que serviu como guia para as atividades CIMIC desenvolvidas no BRABAT (Brazilian Batalion), pela Célula G 09 – CIMIC, na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti.

A relevância deste artigo científico no âmbito do Exército Brasileiro é amparada no manual Catálogo de Capacidades do Exército Brasileiro. As Operações Interagências e as atividades de caráter CIMIC têm ligação direta com a capacidade Interoperabilidade da Força Terrestre, além dessa concepção a Operação Acolhida por sua envergadura e localização relaciona-se também com a capacidade de Pronta Resposta Estratégica.

“O Exército Brasileiro, em seu processo de transformação, vem adquirindo novas capacidades e aperfeiçoando as existentes.” (BRASIL, 2015, p. 05)

Contextualizando o posicionamento histórico do país frente aos fluxos migratórios neste e no último século esse estudo se apoiou no artigo A Problemática dos Refugiados na América Latina e no Brasil, produzido pela pesquisadora Julia Bertino Moreira, e o trabalho organizado pelo então ministro da justiça no ano de 2010, Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas.

“O Brasil também defende, na região, a tese que os assuntos migratórios sejam tratados de maneira absolutamente vinculada aos direitos humanos. Os países têm o direito soberano de fixar regras de controle para o ingresso, permanência e saída de estrangeiros de seu território, mas, no entanto, nenhum país está livre de responder diante da comunidade internacional por violações dos direitos dos migrantes.” (BARRETO, 2010, p. 20)

a. Critério de inclusão:

- Publicações em português ou inglês, relacionados à conceitos doutrinários sobre CIMIC, incluindo também documentação (ordens e planos) sobre a Operação Acolhida;

b. Critério de exclusão:

- Estudos e publicações cujo foco central seja relacionado estritamente à Operações Interagências.

2.2 COLETA DE DADOS

Com a finalidade de embasar a pesquisa e gerar dados que permitam uma análise mais profunda dos fatores que contribuíram para que a força tarefa desenvolvendo atividades CIMIC atingisse os objetivos determinados pelo Governo Federal, foram realizadas coletas de dados pelos seguintes meios: entrevista exploratória e questionário.

2.2.1 Entrevista

Buscando analisar a percepção das mudanças sensíveis no município de Pacaraima antes e depois do estabelecimento da Operação Acolhida em áreas impactadas pela imigração venezuelana relacionadas a assistência social (vulnerabilidade) e organização do fluxo migratório foram realizadas entrevistas com os seguintes profissionais encarregados por cada um dos setores citados:

Nome	Justificativa
Sr.^a Camila Leonetti Costa Delegada da Polícia Federal	Responsável pela Delegacia da Polícia Federal de Pacaraima que controla a entrada e saída de estrangeiros em Pacaraima.
Sr.^a Izabel Cristina D'ávila Sampaio Secretária Municipal de Assistência Social	Executante no nível municipal dos programas de ações continuadas dos Governos Federal e Estadual, promovendo programas e políticas sociais necessários para complementar as ações de combate à pobreza, diminuição da desigualdade social, erradicação do trabalho infantil e combate à violência e exploração sexual infantil, tem atuando nos últimos 02 anos com os imigrantes em situação de vulnerabilidade.

2.2.2 Questionário

A pesquisa contempla um questionário que abrange o universo de oficiais e sargentos que integraram a Força Tarefa Humanitária ou que estiveram envolvidos

indiretamente por um longo período com a operação, como os militares do 3º Pelotão Especial de Fronteira e alguns militares no âmbito da 1ª Bda Inf SI. O estudo foi limitado no tempo e espaço, respectivamente, no ano de 2018 e nas atividades executadas em Pacaraima, que conseqüentemente acabaram restringindo o universo do público questionado.

O questionário tem o propósito de verificar a percepção do Componente Militar quanto a relevância da Cooperação-Civil Militar para o cumprimento das missões impostas à Operação Acolhida, ratificando ou não a sua importância. As perguntas também tiveram o objetivo, no que tange a possibilidade do aprimoramento doutrinário, questionar os militares com base em sua experiência profissional na operação, quanto aos problemas e tensões em atuar com o Componente Civil e a refletir sobre o atual nível de preparo das Forças Armadas para serem empregadas em operações com características CIMIC.

Para chegarmos ao número da população a ser estudada foram computados os números de oficiais e sargentos com base no QCP do Anexo B ao Plano Operacional da Operação Acolhida para os efetivos que trabalharam em Pacaraima, ou mesmo que indiretamente no planejamento em apoio as ações executadas naquele município. A população pesquisada atinge militares das três Forças Armadas que compuseram os três contingentes empregados no ano de referência, acrescido do número de oficiais e sargentos do 3º PEF (14 militares) mais 07 oficiais da 1ª Bda Inf SI que estiveram envolvidos com suporte logístico e de pessoal para agências e entidades. Foram excluídos dessa população militares com funções específicas efetuadas e limitadas única e exclusivamente a Boa Vista-RR, cujo alcance dos desdobramentos da atuação não afetavam Pacaraima. Nesse sentido, a população resultante foi de 447 militares, e que para alcançar uma amostra com 90% de confiabilidade e erro amostral de 10%, é necessária uma amostra ideal de 59 militares.

Foram distribuídos 177 questionários ao universo selecionado, número esse que corresponde a 150 % da amostra ideal. A distribuição foi feita de forma direta ou indireta, por e-mail e aplicativo de troca de mensagens instantâneas. Como resultado foram obtidas 64 respostas que correspondem a 36 % do número de questionários distribuídos e a 108,47% da amostra ideal buscada, atingindo a confiabilidade e margem de erro estatístico desejadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A FORÇA TAREFA HUMANITÁRIA OPERAÇÃO ACOLHIDA EM PACARAIMA

Segundo o Plano Operacional da Força Tarefa Humanitária, a Operação Acolhida tem por missão precípua buscar a cooperação com os Governos Federal, Estadual e Municipais com medidas de assistência emergencial. Essas medidas têm por finalidade o acolhimento de imigrantes venezuelanos, em situação de vulnerabilidade, decorrente da crise humanitária no país vizinho que levou ao fluxo migratório de milhares de pessoas para o Brasil.

Para cumprir sua missão a força tarefa procurou trabalhar com Órgãos Governamentais, Organismos Internacionais e Órgãos Não Governamentais na montagem, preparação e execução das ações de ajuda humanitária. Essa sinergia entre diferentes organismos, entidades e instituições civis e militares ratificam o caráter necessário e relevante da Cooperação Civil Militar para o desempenho e alcance dos objetivos da operação.

Todas as atividades desenvolvidas pela operação visam o ordenamento da fronteira brasileira com a Venezuela. Em sua concepção operacional a força tarefa humanitária para o ordenamento da fronteira precisa desempenhar as seguintes tarefas:

- Recepcionar imigrantes;
- Identificar imigrantes;
- Realizar triagem;
- Imunizar;
- Abrigar;
- Interiorizar imigrantes em situação de vulnerabilidade (desassistidos).

Todas as tarefas citadas são complexas e continuadas necessitando da integração e participação de várias ONG, entidades e instituições para a sua realização.

Para a efetivação das tarefas de ordenamento da fronteira foram concebidas e desdobradas grandes estruturas nos municípios de Boa Vista e Pacaraima. Essas estruturas criariam o ambiente de caráter CIMIC ideal entre atores civis e militares, permitindo a soma de esforços em dezenas de atividades. Com esse intuito foram desdobradas nas duas cidades o Posto de Recepção e Identificação (P Idt) e o Posto de Triagem (P Trig); e especificamente em Pacaraima o Abrigo JANOKOIDA e o Alojamento BV8. Foram criadas e desdobradas também estruturas de apoio como a Área de Apoio (A Ap) de Pacaraima (alojamentos, área de recreação, COp, almoxarifado, lan house...) e o Posto de Atendimento Avançado (PAA) do Hospital de Campanha do Exército Brasileiro.

O PAA, a A Ap, o P Trig e o P Idt podem ser observados na figura 03 identificados por instalações na cor branca.



Figura 3 – Instalações da Op Acolhida em Pacaraima
Fonte: https://www.flickr.com/people/oper_acolhida

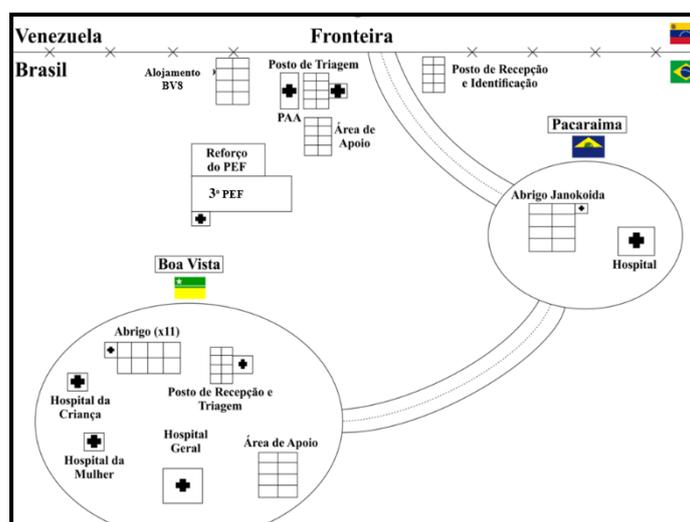


Figura 4 – Dispositivo das instalações da Op Acolhida
Fonte: Plano Operacional Op Acolhida 2018

3.1.1 Posto de Recepção e Identificação

Essa estrutura tem por finalidade receber o fluxo inicial de estrangeiros. Nessa instalação é feito o controle migratório pela Polícia Federal e a imunização (vacinação) e atendimento pelo Ministério da Saúde. Aqui também atuam o Conselho Tutelar e a Defensoria Pública da União, além do próprio componente militar na organização e suporte ao funcionamento do posto. Essa construção recebe todos os estrangeiros que entram no Brasil pela fronteira em Pacaraima, uma vez que pessoas de outras nacionalidades que residiam no país vizinho também são identificadas fugindo da crise, ou apenas turistas em trânsito, de qualquer forma precisam se apresentar a autoridade migratória logo ao cruzar a fronteira, neste caso a Polícia Federal que desenvolve a atividade de controle migratório nesta instalação, resguardando as demais atividades para

as dependências de sua delegacia em Pacaraima. Os estrangeiros declarados turistas a partir do Posto de Identificação são liberados para seguir viagem, entretanto aqueles que solicitam refúgio ou residência temporária são conduzidos para o Posto de Triagem.



Figura 5 – Policial Federal realizando a identificação

Fonte: https://www.flickr.com/people/oper_acolhida

3.1.2 Posto de Triagem

Esse posto tem por finalidade receber os imigrantes solicitante de refúgio ou residência e através de uma triagem envolvendo diferentes órgãos e agências do componente civil destiná-los aos abrigos, onde aguardarão pela oportunidade de serem interiorizados. O venezuelano é inspecionado pela VIGIAGRO, e em seguida é cadastrado pelo ACNUR. O cadastro e registro é enviado junto com o imigrante para a Polícia Federal onde é feita a regularização migratória, a emissão do CPF, também é executada aqui, por agentes da Receita Federal. Finalizando o processo a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social do Governo Federal e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) realizam uma triagem social. O processo de triagem é encerrado deixando o venezuelano em condições de ser enviado para um abrigo em Boa Vista ou Pacaraima. O componente militar aqui é responsável pela organização e suporte de todo o posto, de forma semelhante ao P Idt a chefia dessa estrutura é de responsabilidade de um oficial superior das Forças Armadas.

Durante o processo de triagem, caso exista a necessidade de atendimento médico o imigrante é encaminhado ao PAA.

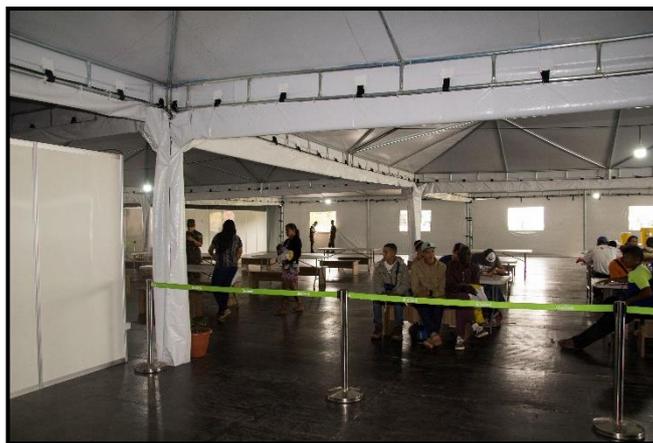


Figura 6 – Imigrantes aguardando o cadastro no P Trig
Fonte: https://www.flickr.com/people/oper_acolhida

3.1.3 Alojamento BV8

Alojamento com capacidade para aproximadamente 500 pessoas, que difere de um abrigo, devido a sua finalidade. Essa instalação tem por missão ser uma área de espera para o envio de venezuelanos não indígenas para um dos abrigos espalhados em Boa Vista, também tem a incumbência de alojar transitoriamente imigrantes que não tenham conseguido finalizar o processo de triagem no mesmo dia e que precisarão concluí-lo no dia seguinte. Cabe a OIM e ao ACNUR organizar e determinar a relação nominal dos ocupantes do alojamento diariamente. Essa estrutura é chefiada por um oficial subalterno das Forças Armadas e uma equipe de militares é responsável pelo controle e organização dos imigrantes dentro dos quartos, refeições e condução dos venezuelanos para o PAA em caso de atendimento médico.

3.1.4 Abrigo JANOKOIDA

O Abrigo JANOKOIDA é um abrigo com capacidade para 350 pessoas. Esse abrigo é destinado aos imigrantes venezuelanos da etnia indígena Warao. Essa instalação basicamente foi o primeiro abrigo a ser instalado e sua criação antecedeu em um ano a Operação Acolhida, entretanto seu funcionamento ocorria de forma precária e limitada até ser assumido e integrado à força tarefa humanitária. JANOKOIDA no dialeto Warao significa “casa grande”. As seguintes ONG e agências atuam aqui:

- Secretaria do Trabalho Bem Estar Social do Estado de Roraima;
- Secretaria de Assistência Social de Pacaraima;
- Fraternidade sem Fronteiras.

O abrigo é chefiado por um oficial subalterno ou intermediário das Forças Armadas e conta com uma equipe de militares responsável pelo controle e organização da instalação, e uma guarnição de serviço é encarregada pela segurança e controle do acesso ao abrigo.

3.2 RESULTADOS

A Força Tarefa Humanitária Operação Acolhida possui como essência atuar em um ambiente interagências buscando alcançar a sinergia entre o Componente Militar e os diversos atores do Componente Civil. Segundo o Plano Operacional da Força Tarefa a unidade de esforços, como premissa, é desejável permanentemente, devendo ser explorada e mantida. Essa interdependência entre os componentes é uma característica comum nas operações militares com caráter CIMIC em todo o mundo, como pode ser observado no manual CIMIC Field Handbook da OTAN.

“From a military perspective, a comprehensive approach is founded on not only a shared situational understanding, but also recognition that sometimes non-military actors may support the military and conversely on other occasions the military's role will be supporting those actors. Recent NATO operations suggest that these elements are inter-dependent.” (OTAN, 2016, p. 1-6)

A partir dessa perspectiva propositiva, ou seja, os objetivos e premissas da Operação Acolhida, apresentados ao longo deste trabalho, analisou-se como foi realizado o ordenamento da fronteira entre Brasil e Venezuela no ano de 2018 e se o ordenamento desejado foi alcançado a partir do ponto de vista de profissionais que desempenhavam naquela época atividades diretamente ligadas ao fluxo migratório e a assistência social com pessoas em situação de vulnerabilidade.

A Delegacia da Polícia Federal de Pacaraima é responsável pelo fluxo migratório na fronteira seca entre os dois países, instituição que teve seu trabalho afetado gradualmente ao longo dos primeiros meses do ano de 2018 pelo recrudescimento da crise no país vizinho. A Dra. Camila Leonetti Costa que foi delegada titular da Delegacia da Polícia Federal de Pacaraima-RR, entre 21 de setembro de 2017 a 24 de novembro de 2018 descreveu a situação do fluxo migratório anterior ao início da operação da seguinte maneira

“ No início do ano de 2018 o fluxo sofreu um relevante acréscimo, e as estruturas da Delegacia de Polícia Federal em Pacaraima são antigas e construídas para servir como Posto de Fronteira, sendo assim o espaço físico para atendimento migratório, assim como para as demais atividades que permeiam as atribuições da Polícia Federal, pequeno bem como não havia espaço próprio para espera, sendo utilizado o pátio frontal coberto da Delegacia como uma área de espera improvisada, que servia ao propósito de maneira singela até pela condição de demanda migratória anterior à crise na Venezuela.” (COSTA, Camila. Entrevista concedida ao Capitão Felipe Lima de Oliveira. São Paulo, 06 jun. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “B” deste artigo])

Conforme, relato da Dra. Camila o aumento do fluxo migratório venezuelano, mesmo com o acréscimo de servidores para a realização do atendimento migratório gerou aumento da fila de espera, espera que poderia durar mais de um dia. No final do ano de 2018, conforme foi apresentado anteriormente, na abordagem sobre as funções e definições sobre P Trig e P Idt, mesmo com toda a estrutura da Op Acolhida situações de espera continuaram a ocorrer e por vezes não sendo possível terminar todo o atendimento do imigrante no mesmo dia, entretanto a diferença sensível entre o antes e depois da força tarefa é que com a criação do Alojamento BV-8 o imigrante pode aguardar em segurança, conforto e alimentado a finalização do seu processo. Naquele período descrito pela delegada anteriormente, não existia essa possibilidade do alojamento, logo a maioria dos solicitantes de refúgio, sem condições financeiras de pagar um hotel nas imediações, acabavam procurando abrigo pelas ruas e marquises da cidade.

Segundo o CONARE as solicitações de refúgio de venezuelanos no estado de Roraima subiram de 17865 no ano de 2017 para 61681 até dezembro de 2018 (figura 01). Esses números, logicamente, não consideram os pedidos de residência temporária ou permanente, e aqueles que entraram como turistas e eventualmente extrapolaram o tempo legal de permanência no Brasil, tal situação torna possível entender e ratificar a dificuldade enfrentadas pela Delegacia da Polícia Federal descrita pela Dra. Camila para o atendimento migratório, bem como inferir sobre a grande massa de pessoas que acabaram procurando abrigo pelas ruas da cidade de Pacaraima. Fato esse, descrito na entrevista da Secretária de Assistência Social do Município de Pacaraima Izabel Cristina d'Avila Sampaio.

“A sabida crise enfrentada atualmente por nosso vizinho país, Venezuela, tem acarretado um verdadeiro êxodo de **grupos de indivíduos em diferentes condições, com diferentes perfis, mas principalmente grupos em situação de completo risco e vulnerabilidade**, alguns desses grupos se assentaram nas ruas de nosso município, as quais não dispõem de mínimas condições de salubridade ou segurança, há existência de muitas crianças e idosos entre os grupos em situação de extrema vulnerabilidade(...)” (SAMPAIO, Izabel. Entrevista concedida ao Capitão Felipe Lima de Oliveira. Pacaraima, 23 jul. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “B” deste artigo])

Até o estabelecimento da Operação Acolhida a realidade vivida por brasileiros e venezuelanos no município de Pacaraima, bem como as limitações da cidade para lidar com as consequências do crescente fluxo migratório, foi assim narrada pela Sra. Izabel:

“(...) tendo em vista que nosso município não dispõe de vagas de emprego ou renda, também temos relatos de moradores que dizem haver presenciado situações suspeitas envolvendo possíveis atos de prostituição, pequenos furtos e uso de álcool envolvendo menores, assassinatos, brigas e ocorrência de roubo envolvendo imigrantes adultos.” (...)” (SAMPAIO, Izabel. Entrevista concedida ao Capitão Felipe Lima de Oliveira. Pacaraima, 23 jul. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “B” deste artigo])

“O grande problema para acompanhamento e resguardo dessas pessoas é que nosso município não dispõe de espaços físicos, nem instituições de abrigo ou casas de passagem para migrantes ou imigrantes, o que nos limita no caso da possibilidade de realizarmos seu acolhimento.” (SAMPAIO, Izabel. Entrevista concedida ao Capitão Felipe Lima de Oliveira. Pacaraima, 23 jul. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “B” deste artigo])

O início dos trabalhos da Operação Acolhida em Pacaraima primeiramente com operacionalização e construções do P Trig e do P Idt, e no segundo semestre de 2018 com a inauguração do Alojamento BV-8 possibilitou uma otimização dos trabalhos da Polícia Federal no atendimento migratório, contribuindo num primeiro momento com a diminuição da conjunção social de roubos, mendicância e prostituição na cidade a parti do momento que a população de rua diminui fruto da diminuição da longa espera e pela possibilidade do pernoite do no Alojamento BV-8. Cabe destacar que a ênfase de que tal melhoria ocorreu em um primeiro momento e não de forma continuada é devido ao progressivo aumento da chegada de imigrantes em Pacaraima, uma vez que a crise venezuelana prosseguiu com contornos cada vez mais dramáticos.

Para a Polícia Federal houve um aumento no número de postos de trabalho e de agentes por determinação do Ministério da Justiça via solicitação da Casa Civil através, também, da Operação Acolhida, uma vez que a Força Tarefa Humanitária está subordinada a este ministério. Esse novo panorama foi exposto da seguinte maneira pela delegada da polícia federal:

“Caso se observe a questão da organização em relação ao controle migratório como condição para ingresso no País, a Operação Acolhida promoveu melhorias importantes, especialmente no espaço e pessoal não pertencente a Polícia Federal para organizar a fila de espera, prioridades e promover os esclarecimentos e informações migratórias prévias ao atendimento propriamente dito pelos integrantes da Polícia Federal.” (COSTA, Camila. Entrevista concedida ao Capitão Felipe Lima de Oliveira. São Paulo, 06 jun. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “B” deste artigo])

No que diz respeito a percepção da Secretaria de Assistência Social municipal sobre eventuais mudanças decorridas com o começo da operação, a questão foi colocada como se segue em seguida:

“(...)houve também uma fiscalização para saber se as pessoas que vagavam pelas ruas estavam documentadas, tendo em vista que antes da operação acolhida não havia o Posto de Triagem que permitia aos imigrantes receberem orientação para buscarem documentação para poderem permanecer legalmente em nosso país (...)” (SAMPAIO, Izabel. Entrevista concedida ao Capitão Felipe Lima de Oliveira. Pacaraima, 23 jul. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “B” deste artigo])

“Após a instalação em nosso município da Operação Acolhida podemos apontar como ponto de melhora a fiscalização nas ruas e dispersão das pessoas que buscavam uma aglomeração na parte central da cidade reduzindo possível risco social que alguns imigrantes pudessem está sendo obrigados a cometerem, bem como atividades ilícitas.” (SAMPAIO, Izabel. Entrevista concedida ao Capitão Felipe Lima de Oliveira. Pacaraima, 23 jul. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “B” deste artigo])

Aqui cabe uma ressalva, embora tenha ficado claro na exposição da Secretária Izabel a importância que segundo ela a Operação Acolhida teve para a identificação e regularização da situação migratória de vários venezuelanos, no que diz respeito a fiscalização e patrulhamentos rotineiros na faixa de fronteira cabia primeiramente, quanto a competência, à polícia militar estadual, e depois aos militares da 1ª Bda Inf SI, atuando no escopo da Operação Controle. A Operação Controle surgiu basicamente junto com a Op Acolhida, sendo uma operação subordinada ao Comando Militar da Amazônia, tendo como missão principal o combate aos crimes transfronteiriços e em segundo lugar apoiar o controle migratório (BRASIL, 2018). Essas duas operações foram desenvolvidas simultaneamente gerando uma confusão compreensível para o cidadão não envolvido diretamente, uma vez que embora com objetivos diferentes ambas contaram e contam com muitos militares do Exército Brasileiro.

Ficou patente através dos relatos colhidos nas duas entrevistas que a Operação Acolhida conseguiu realizar o ordenamento do fluxo migratório na cidade de Pacaraima, bem como atuar de forma a mitigar os impactos causados pelo êxodo massivo de venezuelanos. Destaco aqui a apreciação da Dra. Camila a respeito da Força Tarefa Humanitária, onde fica evidenciado o caráter CIMIC das atividades desenvolvidas de forma integrada entre o Componente Militar e Civil.

“Acredito que a Operação Acolhida foi uma experiência excepcional e promoveu a união de esforços de muitos órgãos governamentais, forças da segurança pública e entidades internacionais voltadas ao atendimento de migrantes em condições de grande dificuldade.” (COSTA, Camila. Entrevista concedida ao Capitão Felipe Lima de Oliveira. São Paulo, 06 jun. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “B” deste artigo])

Apesar do sucesso evidente na concretização dos objetivos propostos pela Medida Provisória nº 820 de 2018 que dispôs sobre as medidas de assistência e emergência para o acolhimento, foi apontado pelos entrevistados oportunidades de melhorias e aperfeiçoamento de processos e nas estruturas físicas entre outras. Algumas dessas críticas fogem ao alcance de realização e aprimoramento da Força Tarefa Humanitária,

portanto nem todas serão exibidas neste artigo científico, embora estejam expostas nas entrevistas em anexo a esse trabalho. A delegada apontou a necessidade, por exemplo, do aprimoramento do planejamento no que se refere a velocidade, celeridade do fluxo migratório, particularmente o processo de interiorização, uma vez que a região setentrional roraimense sempre apresentou uma precariedade histórica no que diz respeito aos serviços públicos de atendimento à população.

A Sra. Izabel revelou apreensão por parte da Secretaria de Assistência Social quanto a destinação e cuidado com os indígenas venezuelanos da etnia Warao. Essa etnia alojada no Abrigo JANOKOIDA que hoje é administrado pela Operação Acolhida foram os primeiros imigrantes a chegarem em Pacaraima. Em um primeiro momento destinados a um local que deveria ser uma casa de passagem, local de estadia temporária, e que atualmente, como já mencionado, tornou-se um abrigo, com expectativa de aumento de sua população devido ao agravamento da crise do país vizinho.

O questionário realizado com finalidade de verificar a percepção do Componente Militar quanto a relevância da Cooperação-Civil Militar na Operação Acolhida revelou que a maioria dos militares trabalhou direta ou indiretamente com um ou mais atores do Componente Civil (figura 08), embora mais de um terço declarou não possuir conhecimento doutrinário sobre CIMIC (figura 07). Ressaltasse dessa forma que a sinergia, cooperação e integração desejada e buscada, conforme previsto na diretriz do Plano Operacional da Força Tarefa foi alcançado.

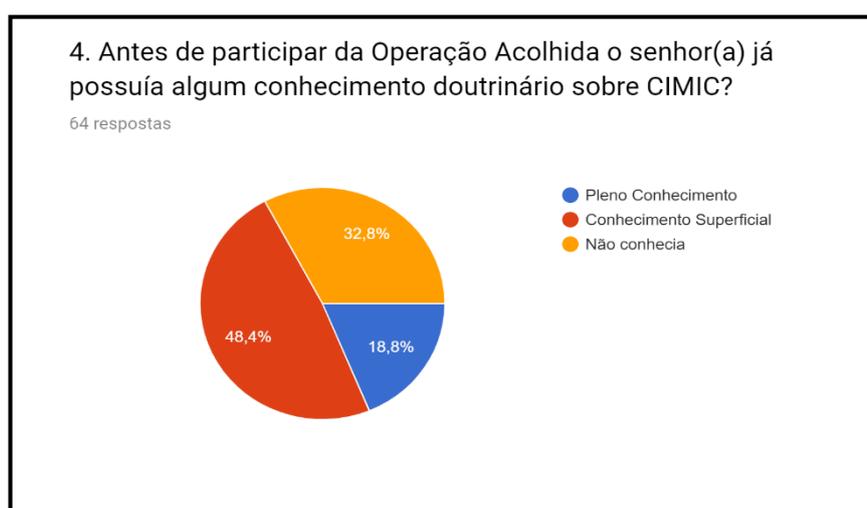


Figura 7 – Pesquisa com Of/Sgt Op Acolhida

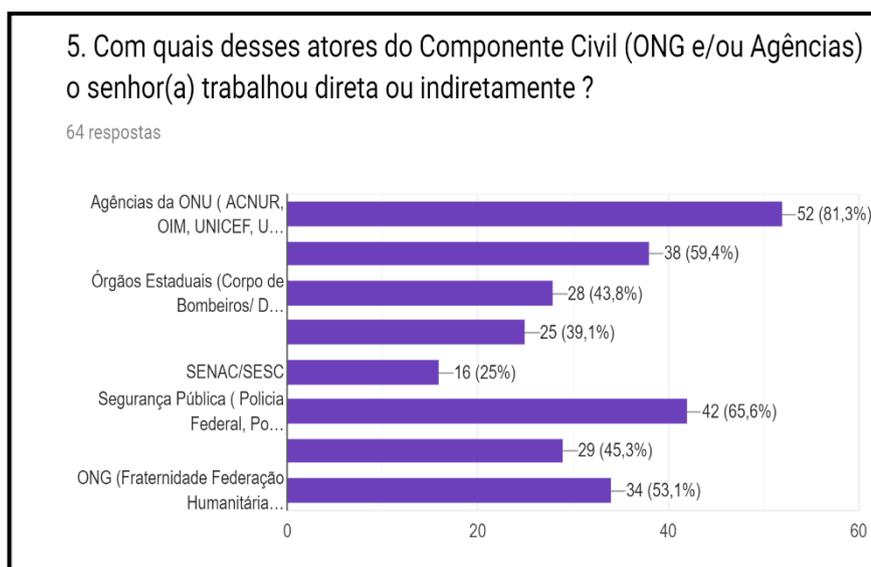


Figura 8 – Pesquisa com Of/Sgt Op Acolhida

Embora as Forças Armadas tenham tido contato com a doutrina CIMIC através das ações realizadas pela Célula G 09 – CIMIC, na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, com base no Civil Military Guidelines and Reference for Complex Emergency, a doutrina CIMIC, particularmente no âmbito do Exército Brasileiro foi concebida e formalizada através do manual EB70-MC-10.221, Cooperação Civil-Militar, de 2017, além disso, atualmente, ocorre regularmente um estágio a cargo do Centro Conjunto de Operações de Paz – CCOPAB sobre o assunto. Essa assertiva, contribui para compreendermos alguns dos problemas apontados pelos militares na pesquisa uma vez que a doutrina CIMIC ainda se apresenta em um estágio de desenvolvimento insipiente.

De forma preponderante, oficiais e sargentos consultados na pesquisa julgaram imprescindível ou altamente relevante a atuação do Componente Civil para a execução das medidas de assistência e acolhimento desempenhadas pela Operação Acolhida (figura 09). Levando em consideração que a operação ocorre em uma situação de normalidade, ou seja, pleno exercício dos poderes constitucionais e garantia dos direitos individuais; por imposição e competência legal não caberia as Forças Armadas, de forma isolada, realizar tarefas de atendimento migratório, emissão de CPF, emissão de carteira de trabalho, controle fitossanitário etc. Concomitantemente, não seria possível o desdobramento de grandes estruturas de apoio logístico, como alojamentos, alimentação para as equipes, deslocamentos e outros serviços necessários de forma célere e adequada sem o Componente Militar, até porque a crise venezuelana atingiu uma região do país distante do grande eixo econômico Sul-Sudeste, onde se dispõe, naturalmente, de uma infraestrutura mais apropriada, situação bem distante da encontrada em Roraima.

O manual EB70-MC-10.221, Cooperação Civil-Militar descreve a característica do suporte prestado pelo Componente Militar comumente realizado em operações de ajuda humanitária e o Civil Military Guidelines and Reference for Complex Emergency ratifica a importância da atuação conjunta de civis e militares em emergências humanitárias resguardando suas possibilidades e capacidades.

“Os principais serviços requisitados pelos OG/OI/ONG aos componentes militares são: apoio logístico; acesso a áreas remotas; segurança; proteção; trabalhos de engenharia; suporte de comunicações; e compartilhamento de informação.” (BRASIL, 2017, p. 2-2)

“The military often have the capability to help secure an enabling environment on the ground in which humanitarian activities can take place in relative safety. The military may also have practical means to offer in the delivery of assistance, such as rapid deployment of large numbers of personnel, equipment, logistics and supplies. However, humanitarian expertise — including beneficiary identification, needs and vulnerability assessment, impartial and neutral distribution of relief aid, and monitoring and evaluation—will remain essential to an effective and successful humanitarian operation.” (UNITED NATION, 2008, p. 14)

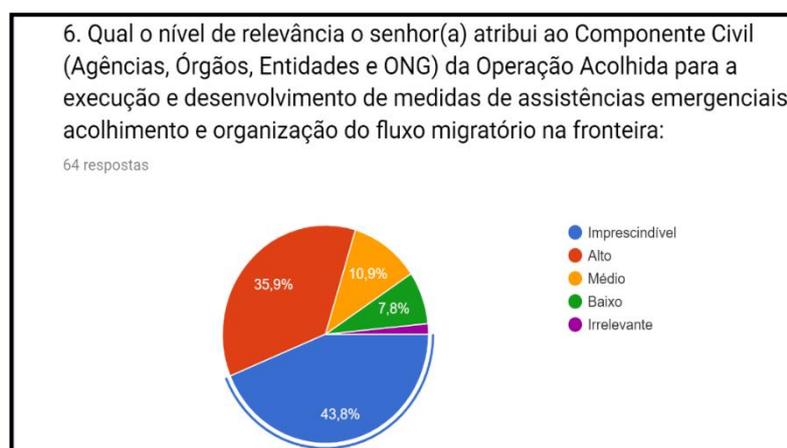


Figura 9 – Pesquisa com Of/Sgt Op Acolhida

A peculiaridade da Operação Acolhida, obrigou que os militares nos mais variados postos e graduações trabalhassem com um ou mais atores do Componente Civil ao mesmo tempo, situação observada particularmente no P Trig, P Idt, Alojamento BV-8 e Abrigo Janokoida. Nessa perspectiva os principais problemas elencados pelos militares que participaram da pesquisa foram primeiramente o pouco envolvimento de chefes ou responsáveis de um dos atores do Componente Civil e em segundo lugar a dificuldade para coordenar atividades com Agências, ONG e Entidades com objetivos e características diferentes (figura 10), além de outros.

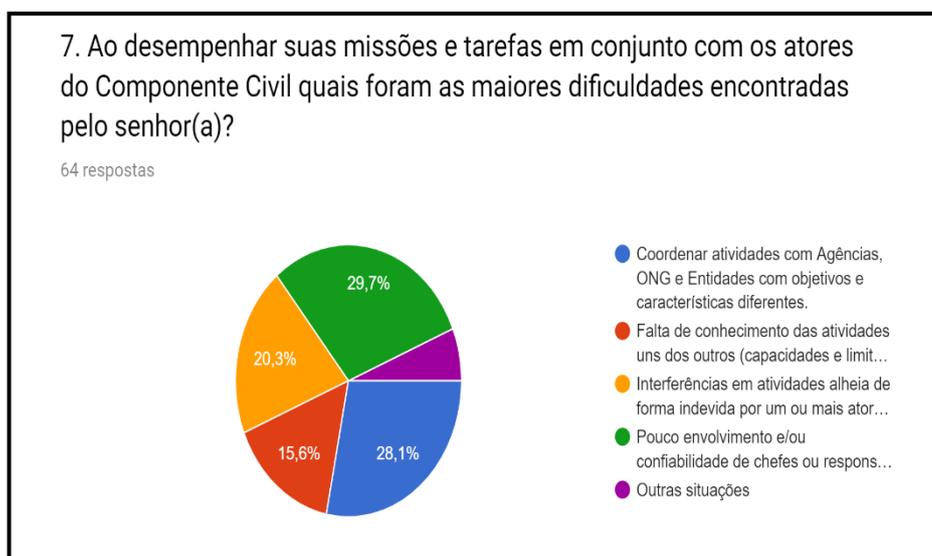


Figura 10 – Pesquisa com Of/Sgt Op Acolhida

O manual EB70-MC-10.221, *Cooperação Civil-Militar* aponta que o militar envolvido com atividade CIMIC devem possuir características como flexibilidade, compreensão e tato. Cabe ressaltar que este manual apresenta uma sugestão de uma equipe subordinada ao oficial do Estado Maior responsável pela célula ou seção de Assuntos Cíveis. Esses militares, especialistas em CIMIC, seriam Oficiais de Ligação (O Lig) com cada agência ou homólogo civil responsável por uma determinada área, por exemplo O Lig CIMIC da distribuição de comida com seu homólogo civil responsável pela distribuição de comida, que envolveriam todos os atores civis associados para tal fim. Esses militares têm entre suas diversas atribuições familiarizar-se com as capacidades, as limitações, os objetivos e a forma de trabalhos de seus homólogos para identificar possíveis áreas de interesses comuns; e detectar as principais lacunas de capacidade no ambiente civil, que podem influenciar a missão.

Dentre as lacunas de capacidade no ambiente civil que poderiam ser identificadas pelos O Lig CIMIC pode ser incluídos os problemas levantados pelos militares no seu relacionamento com os atores do componente civil. No organograma que consta no Plano Operacional da Operação Acolhida a Célula do D-9 possui três oficiais, contando com o próprio chefe da célula, e duas praças, número insuficiente para atender ao efetivo ideal de O Lig CIMIC de acordo com o sugerido no manual EB70-MC-10.221.

Uma possibilidade para mitigar os problemas decorrentes do relacionamento e atuação conjunta entre os Componentes Civil e Militar primeiramente seria o estudo pelo EM Op Acolhida para o aumento de militares capacitados na Célula D 9 para desempenhar o papel de O Lig CIMIC. Em segundo lugar poderia ser estudada a viabilidade da realização de uma capacitação dos militares direcionada e particularizada por grupos

divididos por grau de responsabilidade (chefes ou executantes) e universo de atores civis que os militares precisariam atuar, pois os militares envolvidos no Abrigo Janokoida, por exemplo, trabalham com ONGs e agências distintas dos militares empregados no P Trig.

Essa capacitação teria por ênfase a familiarização com as capacidades, as limitações, os objetivos e a forma de trabalhos dos atores civis que interessassem a determinado grupo. Tanto a primeira opção quanto a segunda, apresentadas anteriormente, permitiriam identificar com mais presteza eventuais problemas relacionados as atividades CIMIC e viabilizaria não apenas sua resolução de forma célere, mas também levaria a otimização dos trabalhos cooperativos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as Forças Armadas interoperabilidade é uma capacidade necessária e cada vez mais comum e recorrente como ocorreu na Op São Francisco, nos grandes eventos como a Copa do Mundo e Olimpíadas e atualmente com a Operação Acolhida. Para o Exército Brasileiro a capacidade de interoperabilidade está prevista no Catálogo de Capacidade do Exército - EB20-C-07.001 apresentando a seguinte definição:

“(...)ser capaz de operar com uma força constituída de maneira integrada, coordenada, harmônica e complementar com as demais Forças Armadas envolvidas, em ambiente interagências, em operações conjuntas ou em operações multinacionais, para o cumprimento das missões estabelecidas.” (CATÁLOGO DE CAPACIDADES DO EXÉRCITO, 2015, p. 15)

A Força Tarefa Humanitária Operação Acolhida, uma operação de caráter CIMIC, relaciona-se diretamente com a citada Capacidade Militar Terrestre, permitindo o aprimoramento e manutenção dessa aptidão no âmbito do Exército, além de proporcionar o aprimoramento doutrinário da Cooperação Civil Militar nas Forças Armadas e particularmente na Força Terrestre.

Quanto aos problemas levantados, por militares e civis, através da pesquisa e da entrevista, respectivamente, observam-se oportunidades de melhoria que se devidamente exploradas poderão levar ao aprimoramento doutrinário da Cooperação Civil Militar e a um círculo virtuoso que conduzirá também ao aperfeiçoamento dos trabalhos desempenhados em conjunto por civis e militares.

A Operação Acolhida no ano de 2018 em Pacaraima foi bem sucedida no ordenamento inicial da fronteira, embora ainda naquele ano não se poderia vislumbrar até que ponto a conjuntura política venezuelana poderia piorar provocando o contínuo aumento do êxodo de imigrantes e gerando assim dificuldades e limitações para o acolhimento, o cenário apresentava-se volátil, incerto, complexo e ambíguo. Esse sucesso

obtido foi fruto da atuação conjunta e harmônica entre o Componente Civil e Militar que através das grandes estruturas como P Trig, P Idt, PAA, Alojamento BV-8 e Abrigo Janokoida tornaram possível a tarefa do acolhimento e o início do processo de interiorização. Crucialmente, os resultados e objetivos propostos no Nível Estratégico quando a Operação Acolhida foi concebida não poderiam ser alcançados em uma situação de normalidade, sem um eficiente e apropriado emprego da Cooperação Civil-Militar.

REFERÊNCIA

BARRETO, Luiz P. T. F. **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. ed. 1. Brasília, DF, 2010, 216 p.

BRASIL. Exército. EB70-MC-10.221: **Cooperação Civil-Militar**. 1. ed. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Exército Brasileiro. EB20-C-07.001: **Catálogo de Capacidades do Exército Brasileiro**. 1. ed. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Exército Brasileiro. **A 1ª Brigada de Infantaria de Selva Atua na Operação Controle**. Disponível em < www.cma.eb.mil.br/1-brigada-de-infantaria-de-selva-atua-na-operacao-controle.html. > Acesso em 25 de junho de 2019.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Exercício Logístico Multinacional Interagências Amazonlog**. Disponível em < amazonlog.net/exercicio-logistico-multinacional.html > Acesso em 22 março de 2019.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Operação Acolhida**. Disponível em < https://www.flickr.com/photos/oper_acolhida/albums> Acesso em 20 junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. MD33-M-12: **Operações Interagências**. 1. ed. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. MD33-M-08: **Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes**. 1. ed. Brasília, DF, 2013.

BRASIL, Exército Brasileiro. **Plano Operacional-Operação Acolhida**. Boa Vista, RR, 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Refúgio em Números**. 4. ed. Brasília, DF, 2018.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. **Civil Military Guidelines and Reference for Complex Emergency**. New York, 2008.

HOLANDA, Civil-Military Cooperation Centre of Excellence. **CIMIC Field Handbook 4 th**. 294 f., Amsterdã, 2016.

MOREIRA, Julia B. **A Problemática dos Refugiados na América Latina e no Brasil**.2005. Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view>> Acesso em 20 março de 2019.

ANEXO A: Solução Prática

Tendo por base as ações CIMIC, que foram desenvolvidas pela Força Tarefa Humanitária Operação Acolhida no município de Pacaraima no ano de 2018, com intuito de organizar o fluxo migratório e acolher imigrantes venezuelanos, para atenuar a caótica situação na cidade, a presente pesquisa concluiu o seguinte:

- Os objetivos propostos pela Medida Provisória nº 820 de 2018 dispendo sobre as medidas de assistência e emergência para o acolhimento de imigrantes venezuelanos que originou, para tal fim, a Força Tarefa Humanitária Operação Acolhida, não teria alcançado êxito naquele ano, no município sem a cooperação e sinergia entre o Componente Civil e Militar. Uma vez que que a operação foi desencadeada em uma Situação de Normalidade, com pleno funcionamento dos poderes constitucionais e das garantias individuais, o Componente Militar não teria competência legal para realizar isoladamente as variadas e complexas tarefas envolvidas no ordenamento e acolhimento migratório (recepcionar imigrantes; identificar; realizar triagem; imunizar; abrigar e interiorizar), além de não ser essencialmente vocacionado para desempenhar tais atividades. Em contrapartida o Componente Civil não possuía e não possui a capilaridade, a presença em todo território nacional, que permita uma pronta resposta estratégica à cenários emergenciais complexos; e a capacidade de um rápido desdobramento e apoio logístico, principalmente no que concerne à fronteira setentrional do Brasil.

- Para a realização do ordenamento do fluxo migratório e o acolhimento foi verificado que a Força Tarefa Humanitária montou grandes estruturas na cidade de Pacaraima, como o Posto de Triagem, Posto de Identificação e Recepção, Posto de Atendimento Avançado, Alojamento BV-8, Abrigo Janokoida e a Base de Apoio. As instalações desdobradas permitiram a canalização e soma de esforços; a criação de um ambiente de cooperação e integração entre as agências internacionais e nacionais, ONG e militares caracterizando assim a relevância da Cooperação Civil Militar para o desenvolvimento da operação.

- Durante a investigação acerca de como a CIMIC foi empregada em proveito da Operação Acolhida e as diversas interações entre o Componente Civil e Militar, foram realizados questionários e entrevistas, onde ratificou-se através dos relatos a importância do trabalho conjunto para a realização das tarefas do ordenamento migratório e acolhimento, entretanto, também, foram elencados problemas decorrente do trabalho entre o civis e militares. Tensões e problemas ligados ao

relacionamento entre agências, ONG e integrantes das Forças Armadas nas mais diversas tarefas. A fim de mitigar os óbices levantados o presente artigo baseado no manual EB70-MC-10.221 Cooperação Civil-Militar e no organograma da Célula D 9 da Op Acolhida sugeriu duas possíveis soluções:

1. Realização de estudo pelo EM Op Acolhida para o aumento de militares capacitados na Célula D 9 para desempenhar o papel de O Lig CIMIC, elevando o número de pessoal especializado e capacitado para lidar com os chefes das agências, antecipando e gerenciando problemas iminentes que podem comprometer o desempenho da operação.
2. Realização de estudo pelo EM Op Acolhida para realização de uma capacitação segmentada dos militares, direcionada e particularizada por grupos divididos por grau de responsabilidade (chefes ou executantes) e universo de atores civis que os militares precisariam atuar, uma vez que, por exemplo, os militares envolvidos no Posto de Triagem não necessariamente vão trabalhar com as mesmas ONG e agências dos militares empregados no Abrigo Janokoida.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

1- QUESTIONÁRIO



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

O presente instrumento é parte integrante da especialização em Ciências Militares do Cap Inf Felipe Lima de Oliveira, cujo tema é **O papel da cooperação civil-militar (CIMIC – Civil Military Cooperation) na crise dos refugiados venezuelanos**. Pretende-se, através da compilação dos dados coletados, fornecer subsídios para um direcionamento mais preciso sobre o desenvolvimento das atividades CIMIC no âmbito da Operação Acolhida em Pacaraima-RR no ano de 2018.

Segundo o Manual EB 70-MC-10.221 Cooperação Civil-Militar, CIMIC caracteriza-se por atividades que buscam estabelecer, manter, influenciar ou explorar as relações entre as forças militares (Componente Militar), as agências, as autoridades e a população em uma área operacional (Componente Civil), contribuindo para atingir os objetivos militares e garantir um ambiente seguro e estável, de acordo com a natureza da missão (BRASIL, 2017, p. 1-3).

Com o intuito de apreciar a opinião do Componente Militar (oficiais e praças) envolvido na Operação Acolhida sobre as atividades CIMIC, o senhor(a) foi selecionado, dentro de um amplo universo, para responder as perguntas deste questionário. Solicito-vos a gentileza de respondê-lo o mais completamente possível.

A experiência profissional do senhor(a) irá contribuir sobremaneira para a pesquisa, colaborando nos estudos e análise de fatores que contribuirão para a evolução doutrinária CIMIC no âmbito das Forças Armadas. Será muito importante, ainda, que o senhor complemente, quando assim o desejar, suas opiniões a respeito do tema e do problema. Desde já agradeço a colaboração e coloco-me à disposição para esclarecimentos através dos seguintes contatos:

Felipe Lima de Oliveira (Capitão de Infantaria – AMAN 2009)

Celular: (21) 998965645

E-mail: tenlima5021@hotmail.com/ aldeoliveira19@gmail.com

1. A qual Força Armada o senhor(a) pertence?

Marinha do Brasil () Exército Brasileiro () Força Aérea Brasileira

2. Qual seu posto/graduação atual?

Alte/Gen/Brig() CMG/Cel() CF/Ten Cel() CC/Maj() CT/Cap() Ten() SO/STen
() SG/Sgt/S ()

3. Qual função o senhor(a) exerceu enquanto integrou a Operação Acolhida?

() Coor Op Acolhida

() Integrou o EM

() Ch Ptrig/P Recp Idt/ PAA/Abrigo Janokoida/Alojamento BV8/ A Ap

() Membro de Eqp Ptrig/P Recp Idt/ PAA/Abrigo Janokoida/Alojamento BV8/A Ap

() Cmt Cia Cmdo Pacaraima

Integrante da Cia Cmdo Pacaraima

Outras funções não especificadas

4. Antes de participar da Operação Acolhida o senhor(a) já possuía algum conhecimento doutrinário sobre CIMIC?

Pleno Conhecimento

Conhecimento Superficial

Não Conhecia

5. Com quais desses atores do Componente Civil (ONG e/ou Agências) o senhor(a) trabalhou direta ou indiretamente?

Não trabalhei com nenhum ator do Componente Civil durante toda a operação.

Agências da ONU (ACNUR, OIM, UNICEF, UNFPA)

Órgãos Federais (Receita Federal, ABIN, VIGIAGRO, Ministério da Saúde)

Órgãos Estaduais (Corpo de Bombeiros/ Defesa Civil, Secretaria de Trabalho e Bem Estar-Social, Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde de Roraima)

Prefeitura de Pacaraima (Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação)

SENAC/SESC

Segurança Pública (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Força Nacional de Segurança Pública)

Entidades - [Igreja Católica, Igreja Metodista, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons), Cruz Vermelha Brasileira, Médicos Sem Fronteiras, Cáritas Brasileira, Rotary Clube Internacional, ADRA – Associação dos Adventistas]

ONG (Fraternidade Federação Humanitária Internacional, Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento Humanitário, Fraternidade Sem Fronteiras,. TELECOM Sem Fronteiras)

6. Qual o nível de relevância o senhor(a) atribui ao Componente Civil (Agências, Órgãos, Entidades e ONG) da Operação Acolhida para a execução e desenvolvimento de medidas de assistências emergenciais, acolhimento e organização do fluxo migratório na fronteira:

Imprescindível Alto Médio Baixo Irrelevante

7. Ao desempenhar suas missões e tarefas em conjunto com os atores do Componente Civil quais foram as maiores dificuldades encontradas pelo senhor(a)?

Coordenar atividades com Agências, ONG e Entidades com objetivos e características diferentes.

Falta de conhecimento das atividades uns dos outros (capacidades e limitações).

Interferências em atividades alheia de forma indevida por um ou mais atores do Componente Civil.

Pouco envolvimento e/ou confiabilidade de chefes ou responsáveis de um dos atores do Componente Civil.

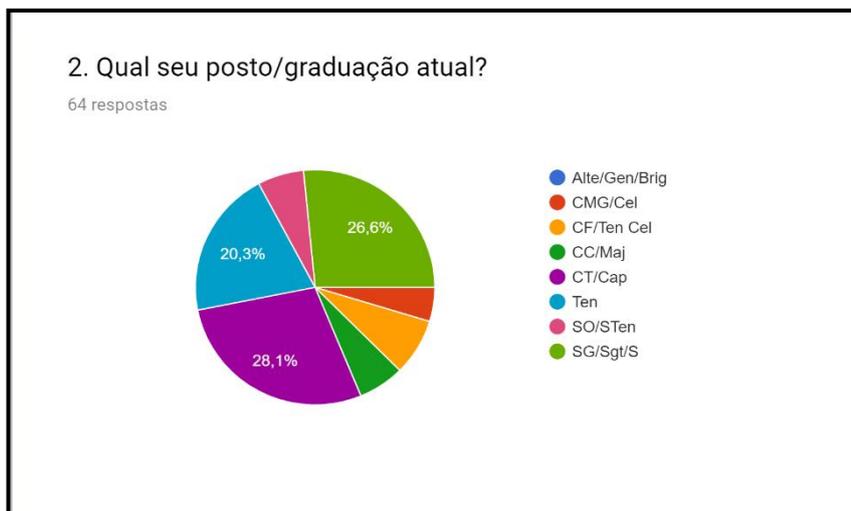
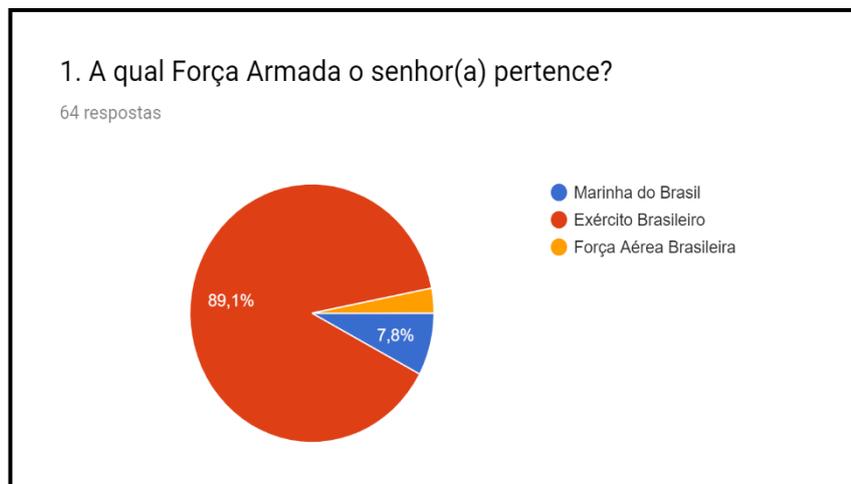
Outros _____

8. Caso o senhor(a) tenha respondido " Outras Situações" na pergunta anterior e queira expor a particularidade do problema enfrentado, descreva aqui, sucintamente, a dificuldade encontrada.

9. Baseado em sua experiência profissional na Operação Acolhida, como o senhor(a) avalia o atual nível de preparo das Forças Armadas para atuarem em operações com uma grande gama de atividades CIMIC?

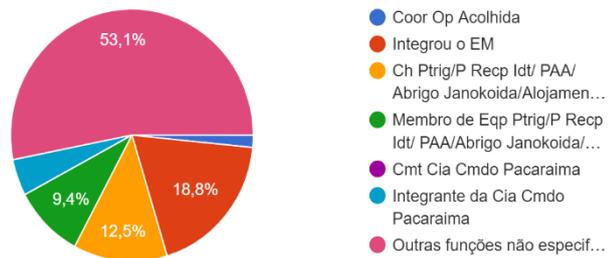
() Bem preparadas () Preparadas () Pouco preparadas () Não estão preparadas

2- RESULTADO DO QUESTIONÁRIO



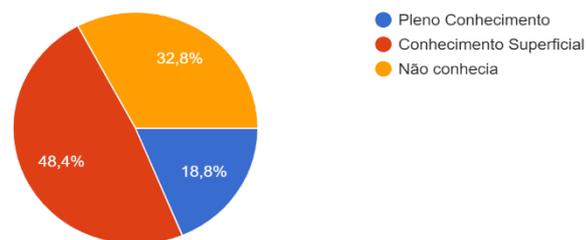
3. Qual função o senhor(a) exerceu enquanto integrou a Operação Acolhida?

64 respostas



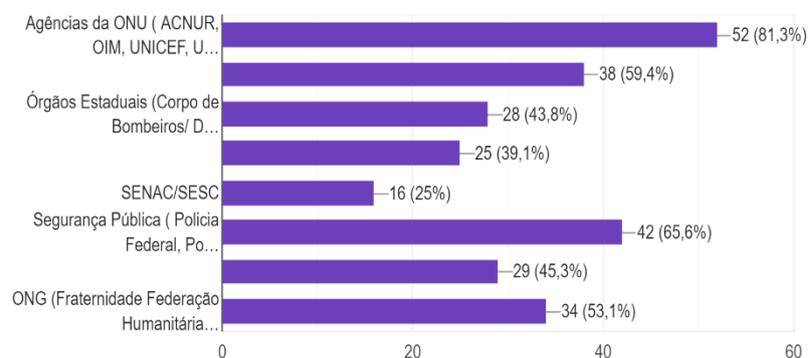
4. Antes de participar da Operação Acolhida o senhor(a) já possuía algum conhecimento doutrinário sobre CIMIC?

64 respostas



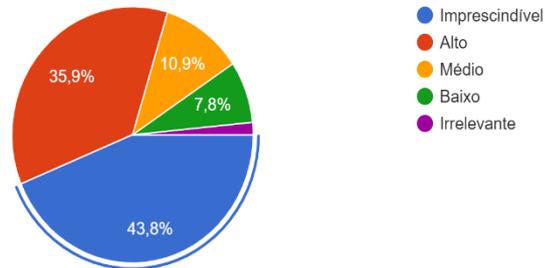
5. Com quais desses atores do Componente Civil (ONG e/ou Agências) o senhor(a) trabalhou direta ou indiretamente ?

64 respostas



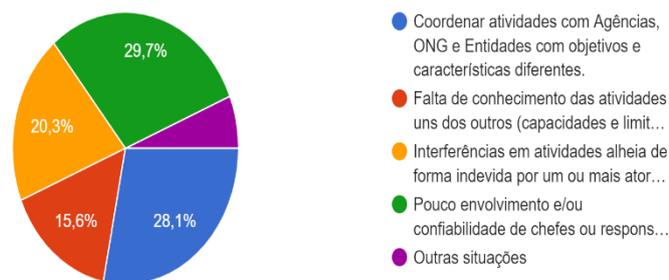
6. Qual o nível de relevância o senhor(a) atribui ao Componente Civil (Agências, Órgãos, Entidades e ONG) da Operação Acolhida para a execução e desenvolvimento de medidas de assistências emergenciais, acolhimento e organização do fluxo migratório na fronteira:

64 respostas



7. Ao desempenhar suas missões e tarefas em conjunto com os atores do Componente Civil quais foram as maiores dificuldades encontradas pelo senhor(a)?

64 respostas



8. Caso o senhor(a) tenha respondido " Outras Situações" na pergunta anterior e queira expor a particularidade do problema enfrentado, descreva aqui, sucintamente, a dificuldade encontrada.

5 respostas

Falta de profissionalismo/vontade de algumas pessoas...

Possível vazamento de informações por parte dos OSP.

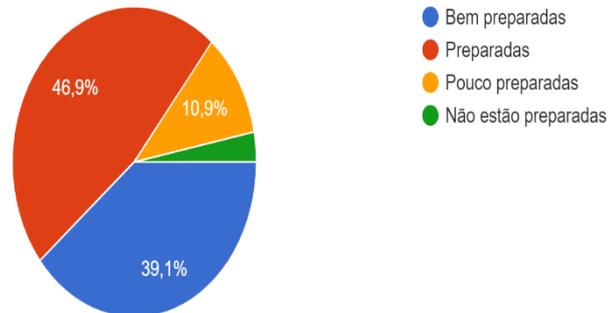
Na verdade a maior dificuldade não reside em coordenar as diferentes agências ou órgãos baseado exclusivamente em suas particularidades. A dificuldade maior é a nossa formação cartesiana baseada na hierarquia e na disciplina, que naquele nível de coordenação de trabalhos é quase inexistente.

As FFAA precisam entender que o habitual protagonismo das FFAA em todas operações realizadas no território nacional atrapalha sobremaneira o desenvolvimento do conceito de CIMIC. Em resumo, pouco de CIMIC é executado na Op Acolhida, isto por força da necessidade de protagonismo das FFAA que não deixam as ONG, OI e OG realizar seu trabalho na íntegra.

Falta de comprometimento por parte da maioria dos órgãos. Destaco de maneira positiva a atuação da Polícia Federal e ADERR. Todos as outras agências se apoiavam na ininterrupta atividade do exército, de forma que deixavam de exercer suas atribuições por saber que o exército jamais iria se omitir em solucionar uma situação adversa, mesmo que não fosse de sua competência.

9. Baseado em sua experiência profissional na Operação Acolhida, como o senhor(a) avalia o atual nível de preparo das Forças Armadas para atuarem em operações com uma grande gama de atividades CIMIC?

64 respostas



APÊNDICE B – ENTREVISTA



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

ENTREVISTA COM PROFISSIONAL COM EXPERIÊNCIA NA QUESTÃO

O presente instrumento é parte integrante da especialização em Ciências Militares do Cap Inf Felipe Lima de Oliveira, cujo tema é **O papel da cooperação civil-militar (CIMIC – Civil Military Cooperation) na crise dos refugiados venezuelanos**. Pretende-se, através da compilação dos dados coletados, fornecer subsídios para um direcionamento mais preciso sobre o desenvolvimento das atividades CIMIC no âmbito da Operação Acolhida em Pacaraima-RR no ano de 2018.

Segundo o Manual EB 70-MC-10.221 Cooperação Civil-Militar, CIMIC caracteriza-se por atividades que buscam estabelecer, manter, influenciar ou explorar as relações entre as forças militares (Componente Militar), as agências, as autoridades e a população em uma área operacional (Componente Civil), contribuindo para atingir os objetivos militares e garantir um ambiente seguro e estável, de acordo com a natureza da missão (BRASIL, 2017, p. 1-3).

Com o intuito de expor um panorama abrangente sobre a percepção da influência e conseqüências da Operação Acolhida em sua área de atuação profissional, o senhor(a) foi selecionado, dentro de um amplo universo, para responder as perguntas deste questionário. Solicito-vos a gentileza de respondê-lo o mais completamente possível.

A experiência profissional do senhor(a) irá contribuir sobremaneira para a pesquisa, colaborando nos estudos e análise de fatores que contribuirão para a evolução doutrinária CIMIC no âmbito das Forças Armadas. Será muito importante, ainda, que o senhor complemente, quando assim o desejar, suas opiniões a respeito do tema e do problema.

Desde já agradeço a colaboração e coloco-me à disposição para esclarecimentos através dos seguintes contatos:

Felipe Lima de Oliveira (Capitão de Infantaria – AMAN 2009)

Celular: (21) 998965645

E-mail: tenlima5021@hotmail.com/ aldeoliveira19@gmail.com

IDENTIFICAÇÃO

1. Nome completo, formação acadêmica ou técnica, função desempenhada em Pacaraima-RR no ano de 2018, Experiências Profissionais relevantes inerentes à área de estudo.

Camila Leonetti Costa, Formada em Direito e Pós-Graduada em Direito Público, desempenhei a função de Chefe da Delegacia de Polícia Federal em Pacaraíma de 2017 até final de 2018, antes de exercer o cargo de Delegada de Polícia Federal, atuei como Advogada na Assistência Jurídica Gratuita.

QUESTIONAMENTOS

2. Por quanto tempo o senhor(a) ocupou tal função?

Aproximadamente de 21 de setembro de 2017 a 24 de novembro de 2018, ficando em Roraima até 17 de dezembro de 2018.

3. Como o senhor(a) descreveria a condição e capacidade de trabalho da Delegacia da Polícia Federal em Pacaraíma no início do ano de 2018 para a organização do fluxo migratório?

No início do ano de 2018 o fluxo sofreu um relevante acréscimo, e as estruturas da Delegacia de Polícia Federal em Pacaraíma são antigas e construídas para servir como Posto de Fronteira, sendo assim o espaço físico para atendimento migratório, assim como para as demais atividades que permeiam as atribuições da Polícia Federal, pequeno bem como não havia espaço próprio para espera, sendo utilizado o pátio frontal coberto da Delegacia como uma área de espera improvisada, que servia ao propósito de maneira singela até pela condição de demanda migratória anterior a crise na Venezuela. O atendimento no início de janeiro tinha capacidade para até 3 pessoas concomitantemente. Em final de janeiro e início de fevereiro de 2018, a sala de atendimento foi reformada e reestruturando, passando a conter sete cabines de atendimento migratório, podendo serem atendidos até sete migrantes concomitantemente. Porém, o fluxo migratória estava numa crescente, e havia espera para atendimento. Vale ressaltar que foi implementada pela Polícia Federal acréscimo de servidores para fazer frente ao acréscimo de serviços prestados pela Delegacia. Importa salientar que o recurso humano nesse caso é essencial para execução do atendimento migratório, pois envolvem várias questões desde conhecimento de legislação migratória, documentos de viagem, autorizações, reconhecimento de documentos e possíveis adulterações, controle de segurança de pessoas classificadas que não podem entrar no território nacional ou deixar o território.

4. Como a senhor(a) descreveria a condição e capacidade de trabalho da Delegacia da Polícia Federal em Pacaraima para a organização do fluxo migratório, após o estabelecimento da Op Acolhida, concluindo sobre possíveis deteriorações ou melhorias?

Após a implementação da Operação Acolhida em relação ao fluxo migratório houve relevante melhoria no espaço destinado para atendimento dos migrantes, bem como no local de espera para atendimento, e organização de fluxo de pessoas dentro do espaço destinado para Operação Acolhida, inclusive com capacidade de aumentar o número de atendentes caso haja alguma situação que torne o fluxo maior que o existente.

Importante frisar que fluxo migratório e atendimento migratório podem ser consideradas sinônimos ou não dependendo da análise que se faça.

Vale frisar que uma coisa é o atendimento migratório na fronteira com as análises de documentos para autorizar ou não o ingresso do estrangeiro ao território nacional, bem como para controlar a entrada e saída de nacionais, atividade ligada ao controle migratório e polícia de fronteira. Outra coisa é a regularização ou registro migratório como condição de manutenção no estrangeiro no território nacional. O controle migratório e autorização de ingresso ao Brasil, por si só, é atividade que se desenvolvem em alguns minutos na maioria dos casos. Já a questão de regularização ou registro migratório são processos que podem durar dias, semanas e até meses a depender da situação.

Caso se observe a questão da organização em relação ao controle migratório como condição para ingresso no País, a Operação Acolhida promoveu melhorias importantes, especialmente espaço e pessoal não pertencente a Polícia Federal para organizar a fila de espera, prioridades e promover os esclarecimentos e informações migratórias prévias ao atendimento propriamente dito pelos integrantes da Polícia Federal.

Em relação ao fluxo de regularização ou registro migratório como condição de manutenção no estrangeiro no território nacional, pode-se dizer que se implementou mais uma atividade na fronteira Brasil e Venezuela que por sua vez exige maior tempo para se aperfeiçoar, gerando pelo próprio processo a necessidade de migrantes permanecerem na fronteira quando antes seguiam até o local de destino e lá procuravam a polícia federal para então sim fazer a regularização.

Uma vez que ao ser atendido no controle migratório e receber autorização de ingresso, o migrante tem um prazo para promover o devido registro na categoria informada e regularização devida para manutenção no território nacional que exige documentos, e etapas com auxílios de outras agências e instituições para formalização necessária. Nesse caso, observou-se no período que estive na fronteira, uma grande quantidade de

migrantes sem recursos aguardando nas ruas e rodovias para serem atendidos nessa segunda fase, gerando inflação populacional no centro urbano da pequena Pacaraima, e efeitos negativos para a população nacional local, tal como aumento da violência e pequenos crimes patrimoniais, além de outras situações geradoras de desordem social e ausência de paz queixadas diuturnamente pelos seus cidadãos.

Insta apontar que não houve a melhoria proposta na questão de internet via cabo para a cidade de Pacaraima e para os órgãos, inclusive a Polícia Federal e que a dependência de internet via rádio e satélite tem suas limitações e oscilações atrapalhando sobremaneira na execução das atividades de fluxo migratório.

E como melhorias, apontaria a necessidade de equipar os espaços como mobiliário ergonômico, uma vez que os servidores públicos e de agências muitas vezes ficavam trabalhando até 10 horas por dia.

5. Espaço destinado a inclusão de mais alguma experiência ou consideração que o senhor(a) julgue importante para engrandecer essa pesquisa.

Acredito que a Operação Acolhida foi uma experiência excepcional e promoveu a união de esforços de muitos órgãos governamentais, forças da segurança pública e entidades internacionais voltadas ao atendimento de migrantes em condições de grande dificuldade.

No entanto, seria importante rever o planejamento no que se refere a velocidade, celeridade do fluxo migratório escoar de locais com dificuldades históricas e com poucos recursos além de grandes desafios que compreendem o próprio Brasil, e seus nacionais.

Para o brasileiro miserável, observar atenção e assistência ofertada a estrangeiros e pagas pelos cofres públicos gera sensação de injustiça e desigualdade, pois como nacional não possui o mesmo tratamento.



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

ENTREVISTA COM PROFISSIONAL COM EXPERIÊNCIA NA QUESTÃO

O presente instrumento é parte integrante da especialização em Ciências Militares do Cap Inf Felipe Lima de Oliveira, cujo tema é **O papel da cooperação civil-militar (CIMIC – Civil Military Cooperation) na crise dos refugiados venezuelanos**. Pretende-se, através da compilação dos dados coletados, fornecer subsídios para um direcionamento mais preciso sobre o desenvolvimento das atividades CIMIC no âmbito da Operação Acolhida em Pacaraima-RR no ano de 2018.

Segundo o Manual EB 70-MC-10.221 Cooperação Civil-Militar, CIMIC caracteriza-se por atividades que buscam estabelecer, manter, influenciar ou explorar as relações entre as forças militares (Componente Militar), as agências, as autoridades e a população em uma área operacional (Componente Civil), contribuindo para atingir os objetivos militares e garantir um ambiente seguro e estável, de acordo com a natureza da missão (BRASIL, 2017, p. 1-3).

Com o intuito de expor um panorama abrangente sobre a percepção da influência e conseqüências da Operação Acolhida em sua área de atuação profissional, o senhor(a) foi selecionado, dentro de um amplo universo, para responder as perguntas deste questionário. Solicito-vos a gentileza de respondê-lo o mais completamente possível.

A experiência profissional do senhor(a) irá contribuir sobremaneira para a pesquisa, colaborando nos estudos e análise de fatores que contribuirão para a evolução doutrinária CIMIC no âmbito das Forças Armadas. Será muito importante, ainda, que o senhor complemente, quando assim o desejar, suas opiniões a respeito do tema e do problema.

Desde já agradeço a colaboração e coloco-me à disposição para esclarecimentos através dos seguintes contatos:

Felipe Lima de Oliveira (Capitão de Infantaria – AMAN 2009)

Celular: (21) 998965645

E-mail: tenlima5021@hotmail.com/ aldeoliveira19@gmail.com

IDENTIFICAÇÃO

1. Nome completo, formação acadêmica ou técnica, função desempenhada em Pacaraima-RR no ano de 2018, Experiências Profissionais relevantes inerentes à área de estudo.

Izabel Cristina d'Avila Sampaio, formada em licenciatura em história, cursando especialização em pobreza e desigualdade social, desempenhando atualmente a função de secretária municipal de assistência social. Enquanto servidora publica efetiva venho acompanhando o processo migratório venezuelano desde o ano de 2015, quando se iniciou esse êxodo populacional em busca de melhorias condições de vida e fugindo da

crise econômica e social pela qual vem passando o país da Venezuela, e no desempenho da minha função, pude verificar a importância da Operação Acolhida na nossa região, organizando o fluxo migratório e promovendo a segurança do território nacional.

QUESTIONAMENTOS

2. Por quanto tempo o senhor(a) ocupou tal função?

Estou no cargo de secretária municipal de assistência social, desde 29 de setembro de 2017.

3. Como o senhor(a) descreveria a situação de mendicância de refugiados venezuelanos, nas ruas do município de Pacaraima no ano de 2018, antes do estabelecimento da Operação Acolhida?

A sabida crise enfrentada atualmente por nosso vizinho país, Venezuela, tem acarretado um verdadeiro êxodo de **grupos de indivíduos em diferentes condições, com diferentes perfis, mas principalmente grupos em situação de completo risco e vulnerabilidade**, alguns desses grupos se assentaram nas ruas de nosso município, as quais não dispõem de mínimas condições de salubridade ou segurança, há existência de muitas crianças e idosos entre os grupos em situação de extrema vulnerabilidade temendo por sua segurança e pela exposição às fragilidades climáticas que possam afetar sua saúde, foram realizados vários cadastros dessas pessoas, o que nos possibilitou concluir uma rotatividade, onde muitos retornam a cidade natal para levar produtos alimentícios para familiares que lá ficaram ou porque conseguiram seguir em frente por lograrem emprego, tendo em vista que nosso município não dispõem de vagas de emprego ou renda, também temos relatos de moradores que dizem haver presenciado situações suspeitas envolvendo possíveis atos de prostituição, pequenos furtos e uso de álcool envolvendo menores, assassinatos, brigas e ocorrência de roubo envolvendo imigrantes adultos. Essa situação agravou-se quando a equipe da polícia militar entrou de greve. Tudo isso representava um quadro crítico vivenciado pelos moradores e imigrantes que chegavam ao município de Pacaraima durante o ano de 2018.

4. Como o senhor(a) descreveria a situação de mendicância de refugiados venezuelanos, nas ruas do município de Pacaraima no ano de 2018, após o estabelecimento da Op Acolhida, concluindo sobre possíveis deteriorações ou melhorias?

Com a fiscalização nas ruas pela polícia do exército, principalmente no centro da cidade, foi possível ver a ordem sendo restabelecida em nosso município, pois os ambulantes e

andarilhos que vagavam pelas ruas, principalmente, no horário noturno foi sendo dispersados e aglomeração de pessoas passou a não existir mas, houve também uma fiscalização para saber se as pessoas que vagavam pelas ruas estavam documentadas, tendo em vista que antes da operação acolhida não havia o Posto de Triagem que permitia aos imigrantes receberem orientação para buscarem documentação para poderem permanecer legalmente em nosso país, bem como gozar dos direitos de todos os cidadãos que vivem em solo brasileiro.

5. Quais são os motivos que o senhor(a) acredita terem causado a piora ou melhoria na situação de mendicância de refugiados venezuelanos, nas ruas do município de Pacaraima no ano de 2018, após o estabelecimento da Op Acolhida?

Após a instalação em nosso município da Operação Acolhida podemos apontar como ponto de melhora a fiscalização nas ruas e dispersão das pessoas que buscavam uma aglomeração na parte central da cidade reduzindo possível risco social que alguns imigrantes pudessem está sendo obrigados a cometerem, bem como atividades ilícitas. Como ponto negativa podemos apontar que tentando burlar a fiscalização do exercito os imigrantes começaram a utilizar rotas alternativas para entrarem em nosso país, tendo em vista que nossa fronteira é seca e passam a acomodar-se em bairros distantes do centro, realizando invasões de terrenos, e outros deixaram a cidade rumo a capital do estado na tentativa de conseguir continuar em situação de mendicância.

6. Espaço destinado a inclusão de mais alguma experiência ou consideração que o senhor(a) julgue importante para engrandecer essa pesquisa.

A sabida crise enfrentada atualmente por nosso vizinho país, Venezuela, tem acarretado um verdadeiro êxodo de grupos de indivíduos em diferentes condições, com diferentes perfis, mas principalmente grupos em situação de completo risco e vulnerabilidade, alguns desses grupos estão se assentando nas ruas de nosso município sem as mínimas condições de salubridade ou segurança. Dentre esses grupos temos dois grupos distintos que são os imigrantes indígenas principalmente da etnia Warao e os não indígenas. Quanto aos grupos de venezuelanos não indígenas, estes apresentam perfis diferentes na entrada no país.

O grande problema para acompanhamento e resguardo dessas pessoas é que nosso município não dispõe de espaços físicos, nem instituições de abrigo ou casas de passagem para migrantes ou imigrantes, o que nos limita no caso da possibilidade de

realizarmos seu acolhimento. Sendo criado no final do 2017 o Abrigo Janokoida que seria na verdade uma casa de passagem para imigrantes indígenas, porém como esse público não possui qualificação profissional e apresenta características específicas foram ficando e tornando a casa de passagem em um abrigo que hoje conta com o apoio administrativo e de segurança do Exército por meio da Operação Acolhida. Outro agravante é o fato de que grande parte dessas pessoas são indígenas venezuelanos, da etnia **Warao**, oriundos da região do *Delta del Orinoco* no Estado de *Delta Amacuro*.

Atualmente essa é a etnia mais numerosa da Venezuela, os últimos censos realizados naquele país registram que há aproximadamente vinte e cinco a trinta mil indivíduos que vivem às margens do Rio Orinoco, sendo assim conhecidos como *Povo das águas*, ou *habitantes das águas*. Os Waraos formam o grupo humano mais antigo da Venezuela, estimando-se que habitem aquela região entre oito ou nove mil anos atrás.

Segundo o Departamento de Proteção Indígena do Município *Gran Sabana*, esses indígenas originalmente viviam da pesca, do extrativismo e do artesanato elaborado com fibras de buriti, entretanto na década de sessenta, devido a problemas de inundação e salinização de afluentes e margens do rio, os Waraos passaram a emigrar para áreas periféricas e/ou urbanas da Venezuela, ora migrando também para o litoral venezuelano sempre por temporadas e geralmente em períodos de grande movimentação em locais de turísticos e com expressão econômica.

O Departamento de Proteção Indígena do Município *Gran Sabana*, classifica a característica dessa prática migratória como endêmica, ou seja, uma peculiaridade geográfica sazonal.

Por serem de outra região, distante da fronteira com o Brasil e não estão classificados como uma etnia de cultura ou característica transfronteiriça, não há como lhes dar outra forma de tratamento que não seja simplesmente o de estrangeiros. Há muitas crianças e idosos entre os grupos em situação de extrema vulnerabilidade, temendo por sua segurança e pela exposição às fragilidades climáticas que possam afetar sua saúde.

No entanto, apontamos também para o fato de que as populações indígenas venezuelanas, entre elas as da etnia **Warao**, aqui citados, segundo **“La Asamblea Nacional De La República Bolivariana De Venezuela”**, devem ter sua tutela, integridade e proteção resguardadas pelo Estado Venezuelano, de acordo com a **“Ley Orgánica De Pueblos Y Comunidades Indígenas LOPC”**, decretada através da

“*gaceta oficial nº 38.344 del 27- 12- 2005*”, por possuírem status de Patrimônio Cultural do Estado Venezuelano.

Isto muito nos preocupa e limita, posto que temos informações de que os indígenas venezuelanos são classificados como patrimônio nacional da Venezuela, devendo-se ter o mais elevado cuidado no trato, principalmente de etnias protegidas como é o caso dos “**Warao**”, que chegaram à Pacaraima.

Obrigado pela participação.

